

**A apartidária *sem-vergonhice* brasileira<sup>1</sup> :  
o conlúio das bancadas temáticas por um  
esquema de poder.**

**Cristiano Rodineli de Almeida**  
cris.rondinelli@gmail.com

Psicólogo de orientação psicanalítica. Mestre em Educação e Saúde na Infância e na Adolescência (UNIFESP), Especialista em Psicopatologia e Saúde Pública (USP) e em Políticas Públicas e Socioeducação (ENS/UnB). Atua como psicoterapeuta em consultório particular e na Fundação CASA/SP, neste último atendendo adolescentes privados de liberdade. Professor do curso de Especialização em Saúde Mental, Stress e Dependência Química / Psiquiatria da Faculdade Paulista de Serviço Social (FAPSS).

De pronto, digo que este texto não tem a pretensão de fazer uma análise da atual conjuntura política brasileira, muito menos tecer lamúrias de quem pertence a uma grande parcela da população que saiu vencida nas últimas eleições. Limito-me a compartilhar algumas reflexões que me percorrem na esperança de encontrar eco naqueles que também não foram abduzidos pela cegueira coletiva promovida pela sedução bolsonariana. Trata-se, portanto, de preocupações com o possível desmonte de um Estado de direitos que ainda tampouco conseguimos efetivar.

Com frequência, observamos o novo governo em articulações que têm impactado os rumos do país, mesmo sem ainda assumir oficialmente a cadeira presidencial. Não se trata de um projeto de futuro, mas um plano de comando com ações orquestradas e há tempos planejadas. Trata-se de uma organização política para além de partidos, estabelecida com setores patronais e instituições religiosas. A ideia do balcão de negócios dos ministérios e demais cargos públicos de indicação presidencial, tão atacado pelo candidato de extrema direita, reatualizou-se em outra freguesia: o toma lá da cá ocorre hoje para além dos partidos, o palco agora está nas bancadas temáticas que habitam Brasília.

Iniciaremos nossa conversa pela cômica, se não fosse trágica, bancada da bala. Formada por um conjunto de parlamentares que, em pleno século XXI defendem o uso da barbárie como método de controle social. Dentre os desejos que emanam desse grupo, destacam-se a liberação do porte de armas e a redução da maioria penal. Ambos os projetos se amparam na perpetuação do ódio como modelo de segurança pública, no radicalismo da atuação do Estado manifestado pelo uso da polícia e aparatos jurídicos que pretendem incidir com mais severidade contra os ditos marginais e legitimar ações de perseguição, tortura, encarceramento e assassinato.

Historicamente, os alvos são conhecidos: negros, pobres, mulheres, LGBT+ e indígenas, justamente populações que desde sempre são perseguidas no Brasil e, por isso, necessitam de políticas públicas de acesso aos direitos fundamentais. Por serem portadores de um estigma social, que segundo Goffman (1975), trata-se de uma marca de ordem pejorativa conferida simbolicamente aos que diferem da norma estabelecida pelos ditames da cultura dominadora, acabam sendo vistos com desconfiança, descrédito e, principalmente, como pessoas mal vindas em determinados lugares de nossa sociedade.

Trata-se, desse modo, de um projeto que nada tem a ver com segurança pública, mas com um processo de higiene com objetivo de limpar a cidade dos indesejáveis ou, pelo menos, mantê-los enquanto massa de manobra e mão de obra barata.

Já a bancada ruralista deixa-me de cabelos em pé. Não porque é pior que as outras, mas em razão da irresponsabilidade desses parlamentares com a vida e nosso futuro. Grandes proprietários de terras, agricultores e criadores de gado tentam a qualquer custo expandir as fronteiras agrícolas. Essa linha que divide o campo da floresta, que a menos de um século atrás estava no interior do estado de São Paulo, hoje de alastra pelos rincões da Amazônia, deixando um rastro de desmatamento, morte e desamparos (IPEA, 2016).

A exemplo da grande marcha estadunidense para o oeste, ocorrida no século XIX, seguimos ainda hoje dizimando populações indígenas, usurpando-lhes suas terras e modos de vida; secando nascentes, arrancando a diversidade da flora e da fauna. Em seus lugares, simplificamos a vida, com o plantio de monoculturas e a implementação da pecuária. Esse movimento já está em curso, mas só não se efetivou a aniquilação total da vida natural em razão da legislação ambiental que, a seu modo<sup>2</sup>, confere alguns freios a ganância por mais gado e soja.

Pois bem, em tempos de mudanças climáticas advindas da ação da humanidade sobre o planeta, é de se esperar que juntemos esforços para proteger o que restou da vida natural, que em linhas gerais é também garantir nossa existência no futuro. Mas o governo bolsonariano parece ignorar essa necessidade. Aparentando se inspirar no atual presidente dos Estados Unidos, o nosso Donald Trump latino-americano *caga e anda* para os apelos de cientistas e ambientalistas. Apesar de posicionamentos, das ameaças às terras indígenas e reservas ambientais, há tensões (e intenções) de integração do Ministério do Meio Ambiente ao da Agricultura, o que evidencia certa relativização do uso de agrotóxicos e dos crimes ambientais, por exemplo.

A questão é tão séria que o governo de Bolsonaro intenta deixar o glorioso Acordo de Paris<sup>3</sup> e cancelou a Conferência do Clima da Organização das Nações Unidas (COP25) que teria como sede o Brasil em 2019, alegando, além de questões orçamentárias, um movimento paranóico de um possível atentado a soberania nacional, como se esse evento tivesse como objetivo escuso o desmonte do Estado brasileiro<sup>4</sup>.

Para além das questões ambientais, os parlamentares da bancada ruralista também protagonizam a redução de direitos trabalhistas e a relativização do trabalho análogo à escravidão sob a égide da geração de renda e empregos no campo. Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego, somente nos primeiros oito meses de 2018, cerca de 500 trabalhadores foram resgatados de condições análogas a de trabalho escravo<sup>5</sup>, evidenciando como estamos aquém da implementação de uma sociedade mais justa e igualitária, em que o respeito à dignidade humana necessariamente sobressaia a qualquer desejo do capital.

Por fim, mas não menos importante, trataremos agora da bancada evangélica, grupo que reúne uma parcela significativa de políticos conservadores, especialmente no que tange questões morais. Os parlamentares que representam esse seguimento têm marcado presença substancial não apenas no início das articulações do atual governo, mas inclusive no processo eleitoral. Não são poucos os relatos de pessoas que ouviram de seus pastores a preferência do voto a Bolsonaro em meio aos cultos de algumas igrejas evangélicas. Não bastasse essa possível interferência, vemos Ministérios sendo cortejados por integrantes declarados da bancada evangélica, dando-nos a impressão de que o governo hoje paga a possível dívida contraída pelo apoio da igreja.

Para além dos Ministérios, políticas públicas têm sido aviltadas em prol de um conservadorismo e pela falsa moral. Como exemplo, citamos os ataques as discussões de gênero na educação, a pressão pela implementação do projeto de uma “cura gay”, a relativização da violência doméstica, da LGBTfobia e do lugar da mulher na sociedade. Com isso, corremos o risco de uma nova Santa Inquisição, reatualizada por alguns seguimentos do protestantismo cristão brasileiro.

O Estado laico, tão necessário para respeitar a pluralidade da cultura brasileira, está ameaçado. Os inquisidores modernos ameaçam levar às fogueiras as bruxas de hoje. As religiões de matrizes africanas, bem como as advindas das tradições indígenas, são as que mais podem sofrer com o desmonte de um Estado laico, justamente por destoarem do modelo judaico-cristão, restando-lhes apenas espaços marginais de expressão.

Para além do processo de doutrinação/perseguição, há um empuxo dessa bancada para projetos de controle das expressões da sexualidade, principalmente no que se refere a sexualidade feminina. Citamos, como exemplo, o posicionamento da ministra indicada pelo governo eleito para o Ministério das Mulheres, Família e Direitos Humanos, Damaris Alves, a qual se posicionou contrária a descriminalização do aborto<sup>6</sup> e teceu considerações acerca do papel da mulher na sociedade ao dizer que “a mulher nasceu para ser mãe”<sup>7</sup>. Damaris hasteia a bandeira, entre outras, de defesa da família. Mas pergunto, de qual família ela se refere? Provavelmente o modelo da família *Doriana*, excomungando as demais organizações familiares.

Certa vez, desenvolvendo um trabalho em grupo com famílias do Parque Taipas, comunidade da Zona Norte da cidade de São Paulo, discutimos sobre o conceito de família, pensando nos novos arranjos que se apresentam. Chegamos a um consenso quanto a definição: família são aqueles que podemos contar. Essa definição implica em cumplicidade, parceria e respeito, e leva em conta que os padrões convencionais podem não representar uma parcela significativa de famílias, formadas por mãe(s) e filho(s), pai(s) e filho(s), avó(s) e neta(s), tia(o) e sobrinha(o), etc.

Assim, preocupa-me sobremaneira que a condução das políticas voltadas à família possa ganhar um corpo rígido e arcaico demais, de modo a excluir, perseguir e marginalizar inúmeros sujeitos. Meu receio em unir política com religião é justamente esse: os processos de exclusão decorrentes desse emparelhamento. Isso me faz lembrar, novamente, da Santa Inquisição e como o Estado se apresentava ligado aos ditames da igreja. Por essa razão, milhões de pessoas, principalmente mulheres, foram perseguidas, torturadas e assassinadas por destoarem da norma imposta. Atualmente observamos esse radicalismo em países, entre outros, do Oriente Médio, em que a mulher é subjugada pelos ditames de uma cultura machista e patriarcal sob a guarida religiosa.

As bancadas temáticas apresentadas ao longo do texto não são as únicas. Existem as dos empresários, dos empreiteiros e construtores, da mineração<sup>8</sup>, entre outras, cada uma defendendo seus próprios interesses e prezando pela manutenção e/ou ampliação de seus privilégios. O possível conluio dessas bancadas por um projeto de poder mantém a política apartada das demandas da população.

É imperativo que as bancadas do “bem”, como a dos direitos humanos, da criança e do adolescente, dos trabalhadores, das mulheres, do meio ambiente, pró-saúde, dos povos indígenas, da agricultura familiar, entre outras, ganhem força e possam fazer oposição aos projetos de desmonte do Estado de direitos, da Constituição Federal e da anulação de um projeto igualitário de nação (muito embora ainda estejamos distante desse lugar). Precisamos de políticos implicados com a ética e o compromisso com o outro, prezando mais pelo humano e menos pela manutenção do poder, seja ele via capital ou doutrinação religiosa. Quem sabe assim, e não de outro modo, teremos no futuro “mais Brasil e menos Brasília”.

**NOTAS**

- 1 - Empresto esse termo do psicanalista mineiro Hélio Pelegrino (1983).
- 2 - Discordando da ideia de que a legislação ambiental brasileira é xiita, penso que ela ainda é frouxa e tem uma atuação precária no campo da preservação da vida natural de nossos biomas.
- 3 - Acordo firmado por diversos países com o objetivo de diminuir a emissão de gases poluentes no planeta. Para saber mais acesse: <http://www.mma.gov.br/clima/convencao-das-nacoes-unidas/acordo-de-paris>.
- 4 - <https://www.greenpeace.org/brasil/blog/brasil-envergonha-a-agenda-climatica/>, acesso em 14 de Dez. de 2018.
- 5 - <http://trabalho.gov.br/noticias/6769-ministerio-do-trabalho-se-destaca-no-desenvolvimento-do-pais>.
- 6 - Embora o aborto não esteja preconizado enquanto política pública, o que permitiria a mulher tomar as decisões acerca de seu próprio corpo, os procedimentos clandestinos ocorrem de maneira livre e constante. Dados da Pesquisa Nacional de Aborto (Diniz; Medeiros; Madeiro, 2016), indicam que o aborto é uma prática comum entre as mulheres brasileiras, apontando que 1 em cada 5 mulheres já o realizaram. As conseqüências dos procedimentos clandestinos, para além das implicações legais, são os problemas de saúde advindos dos procedimentos realizados, muitos deles em lugares insalubres ou sem estrutura adequada.
- 7 - Disponível em: [https://www.huffpostbrasil.com/2018/12/06/damare-alves-o-que-pensa-a-futura-ministra-da-mulher-familia-e-direitos-humanos\\_a\\_23611087/](https://www.huffpostbrasil.com/2018/12/06/damare-alves-o-que-pensa-a-futura-ministra-da-mulher-familia-e-direitos-humanos_a_23611087/). Acesso em 11 de Dez. 2018.
- 8 - <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/conheca-as-11-bancadas-mais-poderosas-da-camara/>

**REFERÊNCIAS**

- Diniz, Debora; Medeiros, Marcelo, Madeiro, Alberto (2016). Pesquisa Nacional de Aborto 2016. *Ciência & Saúde Coletiva* 2017; 22 (02) 653-660. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v22n2/1413-8123-csc-22-02-0653.pdf>. Acesso em 11 de Dez. 2018.
- Goffman, Erving. (1975) *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. (2016) *Expansão da fronteira agrícola no Brasil: desafios e perspectivas*. Rio de Janeiro. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_2223.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2223.pdf). Acesso em 10 de Dezembro de 2018.
- Pellegrino, Hélio. (1983) Pacto edípico e pacto social: da gramática do desejo à sem-vergonhice brasileira. *Folhetim – suplemento da Folha de São Paulo*, São Paulo, n.347, p. 09-11, Set.